



BOLETIM

HUMBI-HUMBI

Vitorino Katimba:
“afinal de contas a autonomia
vale muito”

Jacinta Kepewa:
entre o trabalho
e a comunidade


Publicação Trimestral Sobre as Comunidades ■ Nova Série ■ Edição Nº 2 ■ Março 2021



DE DESLOCADOS DE
GUERRA PARA AGRICULTORES
DE REFERÊNCIA



CONFIAR É ACREDITAR EM NÓS



Somos uma organização não governamental angolana comprometida com a construção de um desenvolvimento democrático e sustentável, social, económico e ambientalmente justo, com o processo de reconciliação nacional e a paz para Angola

Tef: + 244 222 396 683
Email: adra.administracao@adra-angola.org
www.adra-angola.org
www.facebook.com/adraangola.adra
WhatsApp da ADRA - 943 203 634
Praceta Farinha Leitão nº 27, 1º Andar, Dto. C.Postal 3788, Maculusso, Luanda - Angola



FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:

ADRA – Editora Humbi-Humbi

DIREÇÃO GERAL

Carlos Cambuta

SUPERVISÃO

Cecília Kitombe

COORDENAÇÃO

António Gongá

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Cambuta

Domingos Major

Gabriela Cohen

José Katiavala

Maria Victória

REDACÇÃO

Alice Peso

Augusto Sambimbi

Domingas Neto

Eliseu Mababa

COLABORAÇÃO

Sandra Pontes

Paulino Chamuene

APOIO EDITORIAL

Sebastião Panzo

Leonardo Sanorde

INFOGRAFISMO/PAGINAÇÃO

Jadd Santos

TIRAGEM:

500 Exemplares



UM ENORME POTENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES

Depois da primeira edição da Nova Série do Boletim Humber Humber, trazemos à estampa a sua segunda edição. O Boletim foi criado com o propósito de divulgar as experiências e vivências das comunidades rurais apoiadas pela ADRA e de outros actores sociais. A sua revitalização constitui uma das linhas de acção definidas no nosso Plano Estratégico para o período 2018-2022, como um dos instrumentos privilegiados para a melhoria da comunicação institucional.

A presente edição está maioritariamente preenchida por matérias relacionadas com o associativismo e cooperativismo, com o testemunho de agricultores e agricultoras que evidenciam o papel desta estratégia de desenvolvimento rural no fortalecimento da organização social das comunidades e na construção da cidadania. Os agricultores Vitorino Chico e Henriques Chimbili, as agricultoras Balbina Cristina e Jacinta de Fátima Kepewa, as suas trajectórias recentes de trabalho associativo e cooperativo são exemplos paradigmáticos desta constatação.

Com efeito, a ADRA entende que as associações e cooperativas apresentam um enorme potencial para se tornarem em centros de apoio ao desenvolvimento das

comunidades, proporcionando o acesso aos serviços económicos, tais como o crédito, a comercialização, a assistência técnica, entre outros, tão necessários para o reforço da actividade dos produtores agrícolas familiares e, conseqüentemente, na redução dos níveis de pobreza no meio rural.

Contudo, o papel das associações e cooperativas não se esgota na sua função económica. As evidências revelam que podem igualmente servir para a construção de pontes de diálogo entre as instituições do Estado a nível local e central e os representantes das comunidades, pressuposto fundamental para a melhoria das práticas de governação.

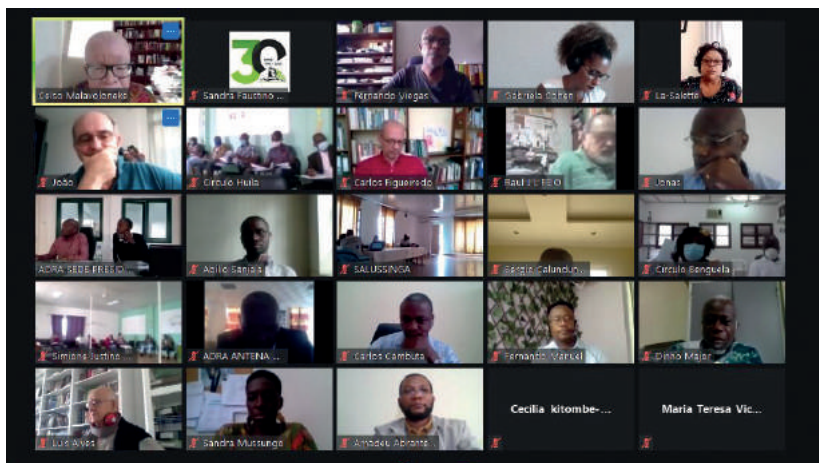
A experiência dos encontros das comunidades, que a ADRA vem organizando há mais de 20 anos, nos municípios abrangidos pela sua intervenção, mostra que estes constituem um dos mecanismos de concretização da participação dos cidadãos na governação local.

Boa leitura!

O Conselho Directivo



REALIZADA XXVII ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ADRA



A ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente realizou, no dia 10 de Abril de 2021, a XXVII Assembleia Geral Ordinária, através da plataforma Zoom, com a participação de 31 membros, dos quais quatro por procuração.

Dentre os assuntos constantes da agenda de trabalhos, o destaque recaiu para a análise de contexto do país e para a intervenção da Organização junto das comunidades rurais e de outras organizações da sociedade civil.

Ao debruçarem-se sobre o contexto actual do país, os participantes analisaram a actuação dos órgãos de comunicação social, o crescente movimento reivindicativo e o processo de preparação da implantação das autarquias locais em Angola.

Sobre a actuação da comunicação social, os participantes concluíram que a preocupação deve incidir sobre uma maior isenção dos órgãos públicos, no reforço do diálogo entre os cidadãos e as estruturas político-partidárias, visando reduzir a ocorrência de actos de intolerância política.

Relativamente às questões económicas e sociais, os participantes na XXVII Assembleia Geral Ordinária destacaram o recrudescimento do movimento reivindicativo económico e social, face à degradação contínua das condições de vida em Angola. Trata-se de um facto natural e legítimo que pressupõe a implementação de

políticas públicas há bastante tempo concebidas, bem como de um maior engajamento dos cidadãos e das instituições públicas e privadas, incluindo as organizações da sociedade civil, com vista a mitigar os efeitos negativos do actual quadro socioeconómico, não obstante a situação da pandemia do coronavírus e da conjuntura económica mundial.

Quanto às autarquias, os participantes destacaram a necessidade da conclusão do pacote legislativo, da criação das demais condições objectivas e do reforço da vontade política à volta deste processo.

No que concerne à intervenção da ADRA, os participantes constataram que a Organização continua a desenvolver as suas actividades, implementando 25 projectos em 25 municípios, nas províncias de Luanda, Malanje, Huíla, Cunene, Benguela, Namibe e Huambo, no âmbito do actual Plano Estratégico 2018-2022. Em 2020, apesar das restrições impostas pela Covid-2019, a ADRA conseguiu mobilizar recursos que permitiram apoiar as comunidades com as quais trabalha nos domínios do acesso aos factores de produção agrícola, da capacitação técnica dos pequenos produtores agrícolas, do acesso ao crédito e da divulgação das medidas de biossegurança, no quadro da prevenção da pandemia.

Comunicado Final da Assembleia Geral

Benguela, 10 de Abril de 2021.

GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL DEBATEM SOBRE O IMPACTO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS EM ANGOLA

A Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) realizou, a 25 de Fevereiro, um encontro de diálogo entre representantes do governo e da sociedade civil sobre o tema “Impacto das Alterações Climáticas em Angola: Medidas Sustentáveis de Convivência com a Seca”.

A actividade, financiada pela organização alemã “Pão para o Mundo”, decorreu na Sede da ADRA, em Luanda, com um painel constituído pelo representante do Ministério da Agricultura e Pescas, engenheiro Avelino Mossande, do Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente, Dr. Giza Martins, e pelo Director da ADRA Huila, Cunene e Simione Chiculo.

O evento contou com 51 participantes, com destaque para os membros de Organizações da Sociedade Civil, e visou contribuir para o debate sobre a seca em Angola, no sentido de reforçar as estratégias e acções concretas para que sejam reduzidas as consequências adversas deste fenómeno natural na vida das

comunidades rurais.

Entre as recomendações saídas do diálogo, destacam-se que a solução para a mitigação dos efeitos da seca na Região Sul passa pelo aproveitamento das águas pluviais e fluviais com a construção de cisternas calçada, a capacitação das comunidades sobre a resiliência às alterações climáticas e criação de grupos de redução de riscos e desastres no seio das comunidades, a promoção de culturas resistentes às mudanças climáticas, a educação ambiental, o reforço das caixas comunitárias e pelo repovoamento florestal.

O Diálogo Social é uma iniciativa de ciclo de conversas periódicas sobre temas relevantes nos domínios sociais, políticos e económicos, geralmente transmitido em directo, através da página do Facebook e canal Youtube da ADRA

Texto: António Gongga





ADRA FACILITA SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO ORÇAMENTAL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

A convite da Associação para a Cooperação entre os Povos (ACEP) e da Federação das Organizações Não Governamentais de São Tomé e Príncipe, a ADRA facilitou, de 25 de Fevereiro a 2 de Março, o Seminário de Capacitação sobre a Análise do Orçamento Geral do Estado (OGE), em São Tomé.

O seminário foi facilitado pelo Director Geral da ADRA, Carlos Cambuta, tendo contado com a participação de 19 membros, dos quais 11 mulheres, da Sociedade Civil daquele país africano de expressão portuguesa.

A iniciativa faz parte do projecto “Sociedade Civil pela Transparência e Integridade”, implementado pelas organizações anfitriãs, com o financiamento da União Europeia e do Instituto Camões. O projecto incide sobre monitoria de políticas e finanças públicas, cuja finalidade é contribuir para a melhoria da governação, sobretudo na gestão do erário público.

Visando aprofundar conhecimentos sobre os instrumentos de análise de políticas públicas, com o foco na análise de receitas e despesas públicas, a formação foi estruturada em três módulos.

O primeiro cingiu-se, fundamentalmente, na compreensão geral do OGE, desde o seu significado como instrumento de gestão política, económica e jurídica até às tipologias do orçamento, regras de elaboração, ciclo orçamental, classificação e princípios de transparência orçamental.

O segundo centrou-se na compreensão da Análise de Despesas Públicas, enquanto um dos instrumentos mais usados nos países em desenvolvimento, quando se pretende realizar exercícios de análise de despesas públicas, como, por exemplo, a comparação de alocação de despesas entre as diferentes localidades ou sectores e programas públicos.

No último módulo, abordou-se sobre o Acompanhamento da Execução das Despesas Públicas, como instrumento sugerido para verificar em que medida os governos estão a implementar os compromissos políticos assumidos.

De acordo com o facilitador, em cada módulo foram realizados exercícios práticos sobre fontes de financiamento do OGE, a alocação de despesas para os diferentes sectores e localidades, tendo em conta a realidade política, económica e social de São Tomé e Príncipe.

Para o Director Geral da ADRA, dos exercícios realizados, constatou-se que “o OGE de São Tomé e Príncipe é excessivamente dependente de financiamento externo, pois representa mais de 60%”.

“Os participantes entenderam que, apesar do país não possuir uma economia robusta, é possível evitar a excessiva dependência, por exemplo, melhorando a gestão dos recursos disponíveis e investindo cada vez mais nos sectores económicos relevantes, como a agricultura, pesca e turismo”, concluiu.

Texto: António Gongga



ADRA NA PREVENÇÃO CONTRA O HIV/SIDA

Aluta contra a propagação do Vírus de Imunodeficiência Humana (HIV, em inglês) ainda exige o engajamento dos diferentes actores sociais e órgãos do Estado, constatou a ADRA, durante as últimas acções do Projecto-Piloto de Mobilização e Educação sobre HIV/SIDA nas Comunidades Pesqueiras.

O projecto é uma iniciativa do Instituto de Pescas de Angola (IPA), em parceria com a ADRA, e foi implementado entre 2019 e 2021 em Luanda, nas comunidades de Cabo Ledo e Buraco, em Benguela, na Praia da Caota, e no Namibe, no município do Tômbua, com o objectivo de contribuir para o aumento do nível de conhecimento e consciencialização sobre o HIV/SIDA das comunidades pesqueiras da costa, a fim de reduzir os riscos de contaminação da doença. Especificamente, o projecto pretendeu desenvolver estratégias de mobilização e boas práticas de prevenção do HIV/SIDA nas comunidades pesqueiras, através da formação de agentes locais de educação para a saúde.

Como últimas acções do projecto, nos meses de Fevereiro e Março, os grupos de Agentes de Educação para Saúde constituídos durante a implementação do projecto e capacitados pela ADRA nas localidades de Cabo Ledo (município de Luanda) e do Buraco (município do Talatona) realizaram palestras de sensibilização sobre o HIV/SIDA nas suas comunidades.

Ângela das Neves tem 35 anos e foi uma das beneficiárias da palestra de sensibilização no Cabo Ledo. A jovem solteira, que sustenta as suas duas filhas pelo trabalho de salgar e ven-

der o peixe, considera ser esta doença uma situação preocupante e agradece a iniciativa de criação do grupo de Agentes de Educação para a Saúde que está focado na mobilização de mais pessoas sobre os cuidados a ter para que se evite contrair o vírus.

“Nesta área onde nós fazemos os nossos negócios a doença do SIDA pode levar as nossas vidas em perigo”.

O agente de educação para a Saúde, António Romeu, vive na comunidade do Buraco há mais de 20 anos, e entende ser o grupo uma valia para as famílias da localidade, sendo que surge para ajudar na consciência sobre a saúde comunitária.

Com 31 anos de idade, Romeu apela a outros jovens a fazerem parte de iniciativas sociais como esta, de modo a contribuir para o desenvolvimento das comunidades.

“Aos jovens também quero dizer que devemos pensar mais na nossa saúde. Temos de fazer regularmente o teste para saber sobre o nosso estado serológico”, aconselhou.

Ao todo, as sessões de treinamento sobre HIV/SIDA possibilitaram o reforço de capacidades de 52 agentes e consequentemente a constituição de quatro Grupos comunitários de mobilização e educação sobre HIV/SIDA, que perspectivam continuar a trabalhar, sensibilizando pessoas para a prevenção de doenças nas suas localidades.

Texto: António Gongga



VITORINO KATIMBA: “AFINAL DE CONTAS A AUTONOMIA VALE MUITO”



Vitorino Katimba é o Director Executivo da Cooperativa Esivayo, no município do Dombe Grande, com mais de 20 anos de trabalho com a ADRA. O líder cooperativista conta sobre a sua experiência como agricultor e defende a promoção da autonomia de associações e cooperativas agrícolas.

H: Como veio viver no Dombe Grande, concretamente no Bairro do Secu?

Vivo aqui, no Dombe Grande, desde 1995. Assim que saio do município de Chongorói, por causa das confusões de 1992, os municípios ainda não tinham sossego e aqui era um campo de deslocados. Vim aqui por força maior, dependendo da ajuda do governo e de algumas ONGs.

HH: Como chega a conhecer a ADRA?

Entro em contacto com os técnicos da ADRA em 1998. A ADRA cria o seu primeiro grupo alvo aqui no Dombe, na comunidade do Luacho, com o projecto chamado Ondjuluka I, e depois tinha o Ondjuluka II que também trabalhava já aqui na sede da comuna. Aquele projecto estava voltado para o reforço institucional, um dos objectivos era fortalecer as organizações comunitárias de base e nós tínhamos aqui o Núcleo Comunitário que era composto por três pessoas que auxiliavam na distribuição de algumas aju-

das do Governo e ONGs às famílias de deslocados do Secu, eu já fazia parte deste núcleo. Lembro de alguns técnicos da ADRA nesta altura, como Bertolino de Moraes e o coordenador de projecto Armindo Gomes.

HH: É neste período que conheceu também a actual Presidente do Conselho Directivo da ADRA?

Depois de trabalhar na Catumbela e chegar à Antena Benguela, Mariazinha começou a fazer trabalhos também aqui no Secu. Era uma técnica que andava muito nas comunidades. Valeu muito ter ocupado o cargo de direcção na Antena. Na altura já participávamos de alguns encontros na sede de Benguela, na Antena, e ela vinha muito aqui também.

HH: Sabemos que antes de se constituírem como Cooperativa Esivayo, eram um núcleo comunitário e depois passaram à associação. Quando aconteceram estas transições?

Nós andámos com o processo do núcleo, ligado à ADRA, desde 1998, e em 2004 passámos para associação que, na altura, chamava-se Associação de Camponeses para o Desenvolvimento Social (ACDS) e eu era o presidente.

HH: E como surgiu a ideia de passar de núcleo para associação?

Neste caso a ADRA jogou um papel muito im-



portante. Mas muitas pessoas aqui no município, principalmente do Estado, não concordavam com que um grupo de cidadãos que saíram de diferentes lugares fossem constituir uma associação logo aqui. Mesmo assim conseguimos e legalizámos em 2005. Nós, os camponeses, nos inspiramos na ADRA para criar o nome da nossa associação, dizemos: se a ADRA é Acção para o Desenvolvimento, nós também temos que ser Associação para o Desenvolvimento. Então, criámos a Associação de Camponeses para o Desenvolvimento Social.

HH: A Cooperativa veio a ser constituída anos depois...

Sim, com várias formações e acompanhamento da ADRA, em 2011, transformámos a associação na Cooperativa Esivayo. Este nome significa louvor ou agradecimento.

HH: Que pode contar-nos da história da sua formação académica?

A minha formação académica teve muitas interrupções. Da iniciação à quinta classe foi em anos seguidos, no município do Chongorói. Depois, estudei a 5ª classe na Escola 10 de Fevereiro do município de Benguela, mas não consegui terminar a 6ª classe, porque, em 1982, fui levado para a vida militar. Eu só tinha ainda 16 anos, mas o meu corpo já pareceria de pessoa adulta. Assim que volto, em 1995, a situação estava complicada e vim já nesta comunidade, entendi continuar com os estudos. Então, matriculei-me e fiz a 6ª, 7ª e 8ª classes. Na altura, a 9ª classe fazia parte do Ensino Médio e aqui não havia escolas que tinham este nível, aí parei mais uma vez. Em 2004, decidi continuar e fiz o Ensino Médio em Ciências Humanas, no município de Benguela, já com 47 anos. O Ensino Superior era um sonho, mas não havia possibilidades de continuar, estava mesmo difícil.

HH: Mas agora é estudante do 3º ano da Universidade. Como chegou até este nível?

Certo dia, a convite da ADRA Benguela, a Cooperativa Esivayo foi participar num debate na Universidade Piaget e lá mostrámos o trabalho do dia-a-dia que a Cooperativa exerce e, depois de terminar a apresentação, o director do Piaget decidiu oferecer uma bolsa de estudos para um membro fazer o curso de Economia e Gestão. E na Cooperativa, apenas eu tinha o Médio concluído, por isso tinha que pre-

encher aquela vaga. É para mim um passo muito grande. Na universidade fui conhecer coisas que eu nunca imaginava, abriu-me o caminho para outros horizontes. Com os conhecimentos adquiridos através das formações da ADRA, associados com os da universidade, já fui até outras províncias como no Bengo, no município dos Dembos, em Quibaxe, dar formação a outros grupos e companheiros que estão também em crescimento em termos de associativismo e cooperativismo. Até hoje, eu digo que a ADRA tem feito muito não só para a Cooperativa, mas para a minha vida pessoal.

“Quando quer semear amanhã, a enxada tem que vir hoje”

HH: Qual é o seu maior sonho como líder da Cooperativa?

A Cooperativa já é autónoma, mas gostaria que ela fosse mais além. Até aqui estou muito preocupado com o treinamento dos meus companheiros. Porque neste mundo é melhor que quando sai um haja quem venha substituir já, e aparece alguns companheiros que são capazes de dar continuidade com esta actividade de liderança do grupo. A ideia é dar continuidade da autonomia da Cooperativa. Porque afinal de contas a autonomia vale muito. Por exemplo, várias projectos de que fomos beneficiados, quando terminavam, tudo parava; mas com a criação da caixa comunitária, o processo tomou outro rumo, porque a realidade do camponês é: quando quer semear amanhã, a enxada tem que vir hoje, e com o banco da comunidade (caixa comunitária) é possível. As associações e cooperativas beneficiadas pelos projectos só vão desenvolver com autonomia.

HH: Qual é a dimensão da sua terra de cultivo?

Com a esposa e filhos, temos aqui no Dombe Grande seis hectares e no município do Chongorói mais de 30 hectares. Mas tudo partiu daqui do Bairro do Secu, com as primeiras plantações e apoio da ADRA. A partir do momento que entrei na Universidade, aprendi



algumas noções e comecei a fazer a exploração daquela terra.

HH: E o que cultiva nestes espaços?

No Dombe Grande, cultivo milho, bringela, batata doce, jinguba e cebola, e lá no Chongorói as plantações são de milho, massambala e tomate.

HH: O que faz nos seus tempos livres?

Em geral, não passeio tanto com os amigos, então aproveito mais os meus tempos livres a assistir a televisão, ouvir a rádio e fazer leitura de alguns livros.

HH: Para si, como podem ser as relações entre a Cooperativa e a ADRA nos próximos momentos?

Para o nível da nossa cooperativa, o que a ADRA pode fazer é de servir de elo com os outros grupos, mostrando sempre os feitos do grupo. E bem que já anda a fazer isso. Por exemplo, no ano de 2019, levou representantes de alguns grupos de Malanje, Huíla e Benguela à Mo-

çambique. E isso já é muito bom.

HH: Enquanto cooperativa, participam nos espaços de diálogo entre a administração local e os cidadãos?

Sim, há cinco anos que participamos no Conselho de Concertação Social, começando nos antigos CACS – Conselho de Auscultação e Concertação Social. Somos membros do grupo. As nossas reuniões na Cooperativa são mensais, e os encontros do CAC como são realizados trimestralmente, então conseguimos levar as questões que resultam das nossas reuniões.

HH: Que apelo deixa para outros camponeses e membros de cooperativas agrícolas?

Neste momento, sinto-me muito bem com o processo comunitário, sempre debatendo sobre o dia-a-dia na comunidade. E apelo para que os outros grupos se envolvessem no processo comunitário, por meio do cooperativismo. Este resolve os problemas das comunidades. Até aqui não consigo me ver numa comunidade em que o associativismo ou cooperativismo ainda não é um facto.

Texto: António Gongga/Domingas Neto

Biografia

Vitorino Katimba é o Director Executivo da Cooperativa Esivayo, que tem um histórico de mais de 20 anos de trabalho com a ADRA. Nasceu a 5 de Abril de 1965, na povoação do Kui, no município do Chongorói, em Benguela. É estudante universitário, frequentando o curso de Economia e Gestão no Instituto Jean Piaget de Benguela. Tem cinco filhos, dois rapazes e duas raparigas. Na velhice gostaria de continuar a gerir os seus bens.

FÓRUNS DA SOCIEDADE CIVIL PROPÕEM SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS LOCAIS

Os problemas sociais relativos à saúde, educação, habitação, saneamento e aos valores morais e culturais têm sido discutidos nos Fóruns da Sociedade Civil, espaços apoiados pela ADRA a nível dos municípios de intervenção no Huambo, com o objectivo de reportar, alertar, dar a conhecer e propor soluções às administrações locais sobre os diversos problemas socioeconómicos que afectam a comunidade.

O Fórum Comunal do Cuíma, no município da Caála, é um exemplo destas iniciativas. Há oito anos que tem sido um espaço de referência no diálogo permanente entre a Sociedade Civil e as autoridades locais.

O apoio da ADRA centra-se na dinamização dos Fóruns, com vista ao fortalecimento das relações entre as Autoridades Locais e Instituições do Estado, com discussões sobre os problemas

que afectam as famílias e as suas comunidades, concretamente sobre o respeito aos Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

O Fórum Comunal do Cuíma também tem participado na monitoria dos Direitos Humanos a nível local e das relativas políticas públicas.

A maioria dos integrantes do Fórum participam nos Conselhos de Auscultação às Comunidades (CAC), onde também são apresentados pela Administração Municipal da Caála o balanço, o grau de execução e os orçamentos dos projectos em curso na localidade.

No CAC, as Organizações da Sociedade Civil e pessoas singulares integrantes do Fórum do Cuíma aproveitam dirigir à Administração a sua visão sobre a realidade local, com base na identificação dos problemas e das estratégias para a sua resolução. E deste modo, algumas mudan-



BOLETIM HUMBI-HUMBI

ças são visíveis no município: escolas, hospitais, chafarizes, energia, pontes e estradas terciárias.

Para os seus integrantes, apesar dos avanços no modo de organização e funcionamento do Fórum da Sociedade Civil do Cuíma, o novo ambiente social e económico de dificuldades extremas nas famílias, causado pela desvalorização da moeda nacional e pela pandemia da COVID-19, tem desafiado este espaço a uma

maior capacidade de advocacia pelos problemas locais, no sentido de serem criadas as condições para a satisfação das necessidades da população.

Texto: Augusto Sambimbi



SUPLEMENTO



DE DESLOCADOS DE GUERRA PARA AGRICULTORES DE REFERÊNCIA





DE DESLOCADOS DE GUERRA PARA AGRICULTORES DE REFERÊNCIA

Numa época de incertezas sobre o futuro de Angola, um grupo de cidadãos constituiu o que é hoje referência para os agricultores de diferentes localidades do país: a Cooperativa Esivayo.

No contexto de conflitos armados, várias centenas de pessoas “refugiaram-se” no Bairro do Secu, comuna do Dombe Grande, no município da Baía Farta, em Benguela, à procura de um lugar seguro para si e suas famílias.

Na década de 1990, mulheres, homens e crianças vindos do Huambo, Bié, Huíla, Moxico e outras províncias do país ocuparam a antiga zona colonial de produção de açúcar, e esta transformou-se em terra de alta produção agrícola.

Os trabalhos agrícolas foram motivados e apoiados pela ADRA, com o início das intervenções da Organização na comunidade, em meados da década de 90, numa altura em que a população local se dedicava principalmente ao abate de árvores para a produção do carvão. A actividade agrícola não era intensa.

“Naquele tempo, se não acordasses cedo para ir à mata fazer lenha e carvão, tinhas de ir procurar quem tem lavra para trabalhar e o vencimento era só uma caneca de fuba. Não chegava para todos na família. O sofrimento era demais.”, recorda Adriano Ngunza, de 66 anos, um dos membros da Cooperativa Esivayo.



Com cinco filhos, Ngunza conta que hoje, com este trabalho, consegue sustentar a sua família e garantir rendimentos aos seus ajudantes de plantação e colheita, que são feitas nos seus dois hectares de cultivo do milho, banana, cana-de-açúcar, feijão e outros produtos alimentares. “Só na colheita da cana, no ano passado, tirando o dinheiro do frete (transporte) e dos trabalhadores da colheita, o lucro era de 150 mil kwanzas”, exemplificou sobre a última colheita de 2020 nos seus campos de cana-de-açúcar.

Adriano Ngunza é o actual responsável pela produção na Cooperativa e um dos mais antigos beneficiários das suas acções. O também líder relata que a ADRA surgiu, na década de 90, com formações para os membros da comunidade, apoiou para a atribuição de terras de cultivo às famílias, de motobomba para a extracção da água para rega e de sementes.

“Só na colheita da cana, no ano passado, tirando o dinheiro do frete (transporte) e dos trabalhadores da colheita, o lucro era de 150 mil kwanzas”

“Com as suas formações, a ADRA incentivou-nos a criar o nosso grupo, que na altura se chamava: Associação de Camponeses para o Desenvolvimento Social (ACDS).”





Associação não faz negócio

Desde a criação da ACDS entre 1997 e 1998, várias foram as intervenções da ADRA na localidade, principalmente na capacitação dos camponeses, no apoio para a aquisição de sementes e disponibilização de meios de produção, o que foi possível com diferentes projectos financiados pela British Petroleum (BP) e outras organizações internacionais.

“É um processo que começa com as luzes da própria ADRA. Desde os primeiros tempos, a ADRA sempre foi mostrando caminhos de como as pessoas deviam se orientar.”, afirmou o Director Executivo da Cooperativa Esivayo, Vitorino Katimba.

Apesar de ter sido uma iniciativa importante para os camponeses nos anos iniciais, mais de uma década depois, o contexto exigia mudanças estruturantes e, por isso, como descreve Katimba, com as suas formações, a ADRA foi

dando luzes sobre a necessidade de transformar a associação em cooperativa, com o propósito de aumentar a produtividade e gerar rendimentos colectivos.

“Vimos que a cooperativa é uma empresa e através dela poderíamos fazer negócios, mas com a associação não era possível. Com a cooperativa é possível fazer um crédito bancário e isso nos motivou.”

Tio Chico, como é habitualmente chamado, explica que 2011 foi o ano da passagem da associação para a cooperativa e que, na altura, o grupo era composto por 25 membros, entre 13 mulheres e 12 homens.

À medida que o tempo passava, as acções da Cooperativa foram mostrando-se cada vez importantes para os residentes locais e a adesão duplicou. Actualmente, 64 é o número total de membros da Cooperativa, sendo 42 mulheres e 20 homens.





Mulheres na liderança

Desde a constituição do grupo, as mulheres assumiram posições relevantes e fizeram parte das principais tomadas de decisões em mais de 20 anos do colectivo.

De 60 anos e proveniente do Huambo em 1997, Balbina Cristina é secretária geral da Cooperativa desde 2011 e proprietária de meio hectare de terras de cultivo.

Com apenas a 4ª classe concluída nos anos 80, Balbina é responsável pela elaboração e arquivamento dos principais documentos da Cooperativa, para além de cuidar do agendamento e preparação das reuniões da Assembleia Geral, realizadas no fim de cada mês.

“As formações que fizemos com a ADRA nos ajudaram muito. Aprendi sobre género, finanças, autarquias locais e tivemos também escolas de campo do agricultor, onde aprendemos sobre as melhores formas de trabalhar a terra”, citou.

Teresa Jilói, de 44 anos, e Rosária Cássua, de 59 anos, são duas outras mulheres na liderança da Cooperativa e entendem ser um desafio fazer parte da direcção do grupo.

Como responsável do armazém, Teresa Jilói coordena o armazenamento e conservação de todos os produtos, sobretudo adubos, que são distribuídos aos membros da Cooperativa Esivayo, em função das solicitações e necessidades individuais.

“Tenho 4 filhos e dois deles (de sexos opostos) já são mais velhos e também fazem parte da Cooperativa”, afirmou a camponesa, contente pela inserção dos seus filhos na Cooperativa, considerando ser esta uma conquista para a família e uma oportunidade de crescimento da produção agrícola feita pelos seus descendentes.

Rosária Cássua tem uma longa experiência na gestão das finanças e do armazém desde o tempo da associação, actualmente assume o cargo de tesoureira e gestora da caixa comunitária.

“Na cooperativa vivemos já como família”

Para ela, os desafios da sua função estão na relação permanente com o banco onde está domiciliada a conta da cooperativa e com o apoio financeiro aos camponeses membros, dentro dos prazos, de forma a garantir a antecipação e o sucesso das campanhas agrícolas.

“Na cooperativa vivemos já como família”, afirma, destacando a interajuda entre os membros, sobretudo através dos apoios da caixa comunitária.



Um banco da comunidade

A Caixa Comunitária é o “banco” da Cooperativa Esivayo e assume-se como o seu cartão postal pela importância no fomento da agricultura local. A Caixa apoia financeiramente os membros, quando estes necessitam de dinheiro para a compra de adubos e sementes, usados nas campanhas agrícolas.

A iniciativa foi incentivada pela ADRA por meio de uma formação sobre caixas comunitárias, realizada em 2011, segundo o Director Executivo da Cooperativa, Vitorino Katimba. O líder conta que a Caixa Comunitária começou com a contribuição regular dos membros e, posteriormente, recebeu o financiamento da BP, através de um projecto implementado pela ADRA.

“Este nome de caixa comunitária é apenas para diferenciar, porque, no fundo, os critérios [para a obtenção do crédito] são mesmo de um banco, é um banco da comunidade”, compara, diferenciando a caixa comunitária como menos burocrática, pertencente aos próprios camponeses e com juros muito baixos, de apenas 6 por cento.

Georgina Maria é membro da Cooperativa e conta que a sua produção cresceu com o apoio da Caixa Comunitária, que tem recebido desde a sua criação.

“Este nome de caixa comunitária é apenas para diferenciar, porque, no fundo, os critérios [para a obtenção do crédito] são mesmo de um banco, é um banco da comunidade”

“Quando entrei na Cooperativa, cultivava só em duas talhas de 100 metros, mas agora cultivo em três hectares e já consigo pagar oito trabalhadores”, revela Georgina, que diz estar a conseguir mais de 2 milhões de kwanzas de rendimento, em três meses de cultivo do milho, feijão, bringela, lossaca, batata doce e jinguba.

Como Georgina há dezenas de membros que recebem apoio regular do “banco da comunidade”, que, de acordo com o grupo, tem facilitado não só no acesso aos adubos e sementes, mas também nas situações de necessidades





relacionadas com a educação formal dos filhos, saúde e alimentação.

Um deles é o mais recente integrante, Jorge Huambo, aposentado de 67 anos, que decidiu passar este momento da sua vida dedicado à produção agrícola, na Comuna do Dombe Grande, depois de ter feito carreiras como pintor, reparador de navios e bombeiro, no Lobito. Desde a sua admissão como membro da Cooperativa, em Junho de 2020, Jorge Huambo já recebeu dois créditos da Caixa Comunitária, que foram aplicados na compra de adubos e sementes para o cultivo do milho nas suas duas talhas, em 200 metros de terras.

“Com o dinheiro que ganho do cultivo consigo pagar a propina do meu filho de 22 anos, que está a estudar a 12ª classe no Huambo”, partilhou.

As boas práticas locais e a importância da Caixa Comunitária para os camponeses da localidade do Secu têm sido partilhadas com outras cooperativas e associações agrícolas do país e, em 2018, foram apresentadas durante um evento decorrido na Universidade Jean Piaget de Benguela.

O facto despertou a atenção da Reitoria da Universidade que, de imediato, ofereceu uma bolsa para um membro da Cooperativa estudar Economia e Gestão. Na ocasião, Vitorino Katimba era o único membro com o ensino médio concluído, requisito necessário que, por consenso de grupo, lhe permitiu frequentar a licenciatura em Economia e Gestão.

Para além da Caixa Comunitária, a Cooperativa possui dois outros activos: um tractor para trabalhar as terras de cultivo e uma carrinha de escoamento dos produtos para mercados de Benguela e Luanda. Os dois bens foram também adquiridos por meio de apoios da ADRA, com financiamento da British Petroleum (BP), e servem de fontes de renda para a Cooperativa, sendo que os beneficiários pagam taxas sempre que solicitam para o trabalho

Texto: António Gonga/Domingas Neto



SEMANA DA MULHER MARCA O MÊS DE MARÇO

Março é celebrado internacionalmente como o Mês da Mulher, pois neste período do ano assinala-se o Dia Internacional da Mulher (8 de Março).

No país, para além do Dia Internacional, também se assinala o Dia da Mulher Angolana, a 2 de Março, e várias têm sido as actividades realizadas por instituições públicas e privadas, grupos de cidadãos e pessoas singulares, para marcar as efemérides.

Para a ADRA, o mês é tradicionalmente um espaço de realização de actividades relativas à Mulher, no âmbito dos seus propósitos institucionais sobre os Direitos das Mulheres, Género e Desenvolvimento.

Em Março deste ano, a Organização realizou a “Semana da Mulher”, um conjunto de acções com objectivo de promover espaços de reflexão e análise sobre a sua situação actual, suas con-

quistas e desafios. Foram também partilhadas publicamente histórias de sucesso de mulheres nas áreas de intervenção da ADRA.

No dia 11, a ADRA organizou um evento sobre a Mulher e Desenvolvimento Rural, baseado na exibição do filme-documentário sobre a experiência da camponesa Domingas Djundju, membro da Cooperativa Twapama, na província do Huambo. Durante a actividade realizada na União dos Escritores Angolanos, em Luanda, participaram 36 representantes de diferentes organizações da Sociedade Civil, dos quais 21 mulheres, que juntos reflectiram sobre a situação social e económica da Mulher Angolana na actualidade.

“Muitas de nós precisamos de uma senhora Domingas nas nossas vidas, independentemente do estrato social ou nível académico”, referiu Tomasina Paulo, uma das participantes do evento, destacando o poder e o compromi-



so da camponesa Domingas Djundju a nível da cooperativa e da comunidade.

E no dia seguinte após a actividade sobre a Mulher e Desenvolvimento Rural, a ADRA organizou um diálogo online (live) sobre o tema “Mulheres em Movimento e seu Engajamento na Luta pela Igualdade de Género em África”. O evento foi transmitido na página do Facebook e no canal Youtube da ADRA, juntando no painel representantes de organizações promotoras e defensoras dos Direitos das Mulheres em países africanos de expressão portuguesa, como Cabo Verde, Moçambique e Angola.

“As relações de poder [entre homens e mulheres] em África são profundamente desiguais, porque as estruturas que sustentam este poder ainda continuam muito masculinizadas; os lugares de tomadas de decisão, os postos de trabalho, os cargos de chefia continuam com um rosto masculino”, afirmou a professora universitária Rosalina Renalda “Nhachote”, feminista moçambicana, uma das convidadas do painel.

Outra iniciativa realizada no âmbito da Semana da Mulher foi o Workshop Municipal com Instituições Locais do Estado e Organizações da Sociedade Civil sobre a Formulação e Implementação de Políticas Públicas na Perspectiva de Género.

A actividade aconteceu em Luanda, com a participação de 30 mulheres, entre representantes de administrações municipais e districtais, membros de organizações femininas e jornalistas.

Na ocasião, as participantes reflectiram sobre as perspectivas e desafios da implementação de programas públicos de luta contra a pobreza e desenvolvimento local, com foco na mulher.

O evento, dirigido às organizações femininas, pretendeu contribuir para que as mulheres beneficiem de maior capacidade para participarem no processo orçamental em Angola, através de pesquisa e advocacia baseada nas evidências, nomeadamente, sobre questões que afectam as mulheres.

As participantes partilharam ainda as suas experiências de trabalho na temática dos direitos das mulheres e apontaram ser necessário um maior trabalho de educação e sensibilização para a redução dos estereótipos à volta da mulher e para a redução da violência de que esta tem sido vítima.

Texto: António Gongga



PRINCIPAIS PROGRAMAS PÚBLICOS DA AGRICULTURA EM CURSO NO PAÍS NO PERÍODO 2018-2021

Apoio à produção, substituição das importações e diversificação das exportações (PRODESI)

Objectivos

- Promover a produção das fileiras prioritárias e dos bens da cesta básica de forma a conquistar progressivamente quotas crescentes no mercado interno e a contribuir para a diversificação da estrutura da economia e das exportações
- Aumentar as exportações dos produtos e fileiras prioritárias, em diversidade e quantidade
- Atrair IDE para aumentar o investimento produtivo diversificado na economia angolana

Orçamentos

30.289 milhões de kwanzas (OGE)

Instituição Executora

Ministério da Economia e Planeamento (MEP)

Fomento da Produção Agrícola

Objectivos

- Fomentar a actividade agrícola, visando o aumento da produção de produtos alimentares básicos de consumo, quer em explorações agrícolas familiares, quer em explorações agrícolas empresariais
- Aumentar a produção de culturas industriais e de rendimento
- Apoiar a produção agrícola dos agricultores familiares, através do aumento da disponibilidade e melhoria do acesso aos factores de produção e do aumento da capacidade dos serviços de extensão e desenvolvimento rural

Orçamentos

65.2 milhões de Kwanzas

Instituição Executora

Ministério da Agricultura e Pesca

Programa de Apoio ao Crédito (PAC)

Objectivos

- Facilitar o acesso das empresas ao crédito para financiamento do aumento da produção de 54 bens inseridos nas fileiras produtivas do PRODESI
- Contribuir para o alargamento do mercado nacional de bens e serviços, a substituição de importações e a diversificação das exportações

Orçamentos

Inserido no PRODESI

Instituição Executora

Ministério da Economia e Planeamento (MEP)

Plano Integrado de Aceleração da Agricultura e Pesca Familiar "PIAAPF" 2020-2022

Objectivos

- Aumento da produtividade e produção agropecuária, produção de produtos florestais familiar, pesca e aquicultura ao nível artesanal orientados para o mercado;
- Aumento do número de empregos, maior rendimento das famílias e conseqüente crescimento económico;
- Melhoria da segurança alimentar e nutricional, assim como a autossuficiência em alguns produtos alimentares, permitindo a diversificação das exportações e substituição das importações e crescimento económico.

Orçamentos

361,9 mil milhões de Kwanzas

Instituição Executora

Ministério da Agricultura e Pesca



Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo do Sector Agrário: 2018-2022

Pilares da Visão

- Ser uma instituição eficiente, competente e preponderante.
- Tornar o sector agrário produtivo, competitivo e desenvolvido.
- Alcançar a segurança alimentar e contribuir significativamente para crescimento económico e desenvolvimento social do país.

Orçamentos

30.289 milhões de kwanzas (OGE)

Instituição Executora

Ministério da Agricultura e Pesca

Projectos da Agricultura – Financiados pelas Agências Internacionais

Projectos	Objectivos	Orçamentos	Instituição Executora
Projecto de Desenvolvimento e Comercialização de Pequenos Agricultores – MOSAP II	<p>Componente 1. Capacidade de construção e desenvolvimento institucional</p> <p>Componente 2. Apoio para o aumento da produção e comercialização</p> <p>Componente 3. Projecto de gestão</p>	USD 100 milhões	Banco Mundial
Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial	<p>- Investimentos espacial e desenvolvimento da infraestrutura, favorecendo integração socio-económica da região do projecto</p> <p>Componente 1. Desenvolvimento do Agronegócio</p> <p>Componente 2. Apoio ao desenvolvimento de um ambiente propício para a agricultura comercial</p> <p>Componente 3. Gerenciamento de Projectos, Coordenação e Diálogo Público-Privado</p>	USD 230 milhões	Banco Mundial
FRESAN - Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional em Angola	<p>- Resiliência e sustentabilidade da produção agrícola familiar;</p> <p>- Aumento na nutrição por meio da educação e nutrição com foco nas transferências sociais;</p> <p>- Fortalecimento institucional e gestão multi-setorial da informação;</p> <p>- Teste das acções sensíveis à nutrição (custo efectivo).</p>	65 milhões de Euros	União Europeia



JACINTA KEPEWA: ENTRE O TRABALHO E A COMUNIDADE

“As mulheres têm direito ao gozo e à protecção, em condições de igualdade, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos domínios político, económico, social, cultural, civil ou em qualquer outro domínio”, reconhece a Declaração contra a Eliminação da Violência contra as Mulheres, adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1993.

O “direito a condições de trabalho justas e favoráveis” é indispensável para o desenvolvimento da Mulher e, por consequência, para toda a sociedade.

Jacinta de Fátima Kepewa é um exemplo de mulher batalhadora, levanta-se dia após outro em busca de sustento para os seus cinco filhos.

Com a liberdade de trabalhar, exercer actividades geradoras de lucros, Jacinta doa parte do seu tempo para contribuir no desenvolvimento da sua comunidade, a localidade de Omufilo, no Cunene, envolvendo-se em iniciativas comunitárias.

A camponesa é membro da Associação das Mulheres de Omufilo, um grupo de agricultoras beneficiário das acções da ADRA no município de

Ombadja. A parceria, que já tem alguns anos, é marcada por várias formações e apoios à actividade agrícola da Associação.

“Confesso que aprendi muito e esta aprendizagem tem sido muito importante para a minha sobrevivência”, afirmou Jacinta Kepewa, acrescentando que: “na nossa cultura Kwanhama era possível trabalhar em conjunto no mesmo espaço, nas lavras colectivas”, mas a situação actualmente mudou.

“Hoje eu já aprendi que juntos temos que trabalhar de forma unida e trocar ideias para realizarmos os nossos projectos pessoais e de grupo”.

Para além da actividade agrícola, em 2017, Jacinta decidiu investir na confeição e comercialização de brincos, colares pulseiras com peles de animal e missangas, quimbalas, traje tradicional ndelele e cestos.

“É triste porque o ano passado, por causa da covid-19, o rendimento baixou”, lamentou a comerciante, confiante em dias melhores.

Texto: Alice Peso



ADRA MALANJE REFORÇA ACÇÕES CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A aldeia da Kicanda, no município de Cacusso, acolheu a primeira acção da ADRA Malanje, em 2021, no âmbito da prevenção contra a Violência Doméstica nas comunidades rurais.

A iniciativa visa reforçar os níveis de conhecimento dos membros das comunidades rurais sobre aspectos relevantes da Lei contra a Violência Doméstica, a fim de reduzir o índice de violência contra mulheres e crianças nas zonas de intervenção da ADRA.

A Lei contra a Violência Doméstica (nº 25/11 de Julho de 2011) estabelece a prevenção, combate e punição de quem pratique actos de violência doméstica; a informação às vítimas dos crimes de violência doméstica sobre os seus direitos; e a protecção policial e jurisdicional célere e eficaz às vítimas de violência.

“Que a ADRA continue a nos ensinar sempre, porque nós aqui precisamos mesmo de despertar”, apela a coordenadora da Associação de Mulheres Nvula, Rosa Cabonda, uma das participantes da formação realizada na aldeia da Kicanda, a 11 de Março.

Rosa Cabonda diz serem “preocupantes” os casos de violência que ocorrem na sua comunidade e destaca os maus-tratos de homens contra as mulheres nas famílias.

“Gostamos muito da formação, porque muitos homens não sabem tratar bem as suas mulheres, e assim não é bom, os casos que se registam aqui na aldeia da Kicanda são preocupantes, porque os casais quando lutam começam em casa e terminam na rua, temos aconselhado, mas não mudam, com essas formações vai ajudar ainda mais a nos despertar aqui na comunidade”, afirma Rosa Cabonda, de 58 anos.

O número e a gravidade dos casos de violência doméstica têm sido cada vez mais “preocupantes” e o consumo excessivo do álcool é, frequentemente, apontado como um dos impulsionadores desta prática.

Adão Fuxi é membro da Associação Massunga e diz que a formação “serviu para aprender muito sobre violência doméstica e clarificar algumas dúvidas que tinha sobre o tema”.

“A minha mulher havia guardado mil kwanzas e o nosso filho estava doente. Tirei o dinheiro e fui comprar caporroto (bebida alcoólica caseira), ela não gostou porque a criança precisava de medicamento e daí começamos a discutir e lhe dei surra, mas depois de ouvir aqui na formação que a violência doméstica é crime, já não estarei a bater nela e estou a me sentir muito mal, estou arrependido, muitas vezes, nós os homens é que levamos mesmo a confusão em casa”, confessou.

A formação na aldeia da Kicanda é a primeira das planificadas para as comunidades de intervenção da ADRA Malanje. A actividade contou com a participação de 29 pessoas, das quais 16 mulheres, e enquadra-se no projecto de Apoio Institucional financiado pela Afrikagrupperna.

Texto: Eliseu Mababa





O JOVEM ALFABETIZADOR DE MANGUIJI

Ambriz Garcia Ferraz tem 24 anos. Desde 2014, propôs-se a uma missão: alfabetizar os adultos da aldeia de Manguiji, Comuna do Lombe, no Município de Cacuso, em Malanje.

Na localidade, a maioria dos residentes não sabia ler e escrever, nem mesmo os seus próprios nomes. Mas, quando tinha apenas 17 anos de idade, estudante do Ensino de Base, Ferraz começou a jornada de alfabetizador voluntário para os membros da sua aldeia.

“Quando vi que a maior parte da comunidade não sabia ler nem escrever, tive a ideia de criar uma sala de aulas, os alunos se matricularam e começámos as aulas com 14 pessoas, mas depois o número subiu, até que conseguimos ter aqui na aldeia 28 alunos a frequentar as aulas de alfabetização”, conta o jovem.

Sem ter concluído o Ensino Secundário no Curso de Ciências Económicas e Jurídicas, na capital de Malanje, por falta de condições, Ambriz Ferraz revela que os resultados do seu trabalho voluntário são a sua maior motivação.

Dos 28 alunos já inscritos nas aulas de alfabetização, 21 aprenderam ler e escrever e 7 dominam o alfabeto. “Algumas mulheres melhoraram a sua participação na associação fruto do processo de alfabetização”, reforça.

Neste ano, a turma está constituída por 18 adul-

tos (13 são mulheres) e 12 crianças (oito meninas). E, por causa da situação de pandemia, foi dividida em pequenos grupos, com aulas em horários diferentes, para assegurar o distanciamento físico recomendado.

Além de alfabetizador, Ferraz é membro da Associação agrícola Tuyeno e Secretário do Núcleo das Associações Ngola Mbande, beneficiárias das intervenções da ADRA a nível local. “Sinto-me feliz por dar o meu contributo para ver a minha comunidade a saber ler e escrever, uma das necessidades dos camponeses”, afirma Ferraz, acrescentando que continua motivado e deseja contribuir para o desenvolvimento da sua comunidade.

“O meu orgulho é ver os meus alfabetizados a ler e escrever e a chegar em outros patamares de vida”, confessa.

No seu dia-a-dia de serviço de voluntariado, o jovem diz deparar-se com várias dificuldades, como a escassez de material didático e a falta de portas, janelas e carteiras para a sala de aulas.

“Embora haja dificuldades, é importante não desistir, porque a satisfação do resultado é maior”, declara confiante.

Texto: Eliseu Mababa





HENRIQUES TCHIMBILI: COM OS OLHOS FIRMES NO FUTURO

Da pequena aldeia Vicassa nasceu Henriques Tchimbili, um cooperativista ligado à agropecuária no município da Caála, província do Huambo.

Com 59 anos, Tchimbili é líder da Cooperativa Omuenho Wocaliye, organização que cofundou no início de 2000, com o apoio da ADRA, nos primeiros anos da sua intervenção naquela província.

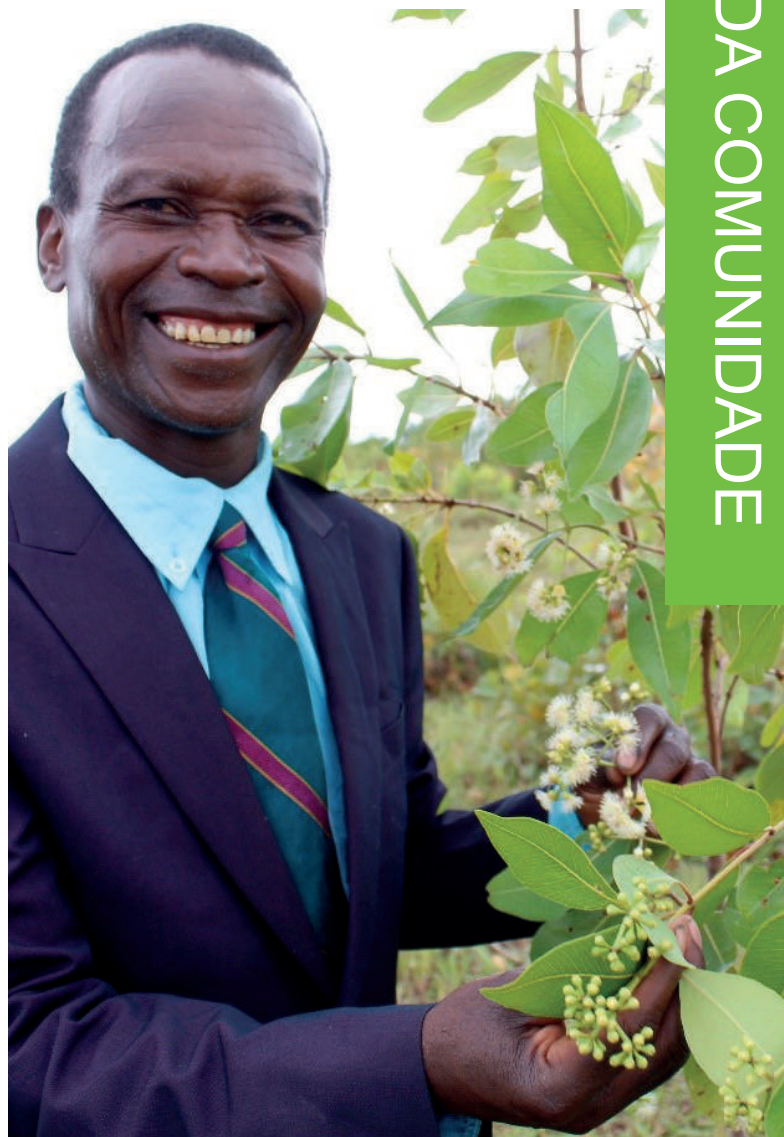
O seu longo trabalho com a ADRA começou quando, na altura de assistência a situação de emergência das comunidades por conta das consequências do conflito armado, por volta de 1998 a 2002, a ADRA desenvolvia acções de apoio às comunidades com alimentos, roupas e sementes agrícolas para pequenas plantações. “Devido a extrema necessidade, muitos davam pouco valor às sementes e maior atenção a roupa e comida, nesta altura, encontrei uma oportunidade de ser um grande agricultor, seguindo um lema da ADRA de que “mas vale a semente do que a comida, e o anzol do que o peixe”.

Para ele, a maior motivação para aproveitar a oportunidade de incrementar a sua visão e o cultivo do campo foi o “casamento perfeito” entre a sua profissão como agricultor com os projectos de apoio aos camponeses que a ADRA implementava na sua comunidade.

Como toda a caminhada de sucesso, os primeiros passos no lavrar da terra não foram fáceis para o antigo militar. As necessidades de formação para o fomento da actividade agrícola foram das mais gritantes. Mas, através de diferentes projectos, por meio da Cooperativa, Henriques Tchimbili beneficiou de diversos apoios e formações sobre temáticas variadas, no território nacional e no estrangeiro.

“A formação sobre associativismo/cooperativismo que tive no Brasil, concretamente Rio de Janeiro, tornou fácil para mim a dinamização dos processos ligados ao trabalho agrícola e associativo.”

Casado e com nove filhos (seis mulheres), o



agricultor possui até a 4ª classe, estudada no período anterior à Independência Nacional, formação que lhe permite usar da escrita nos processos administrativos, enquanto presidente da Cooperativa Omuenho Wocaliye.

“Graças aos apoios que têm sido prestados pela ADRA, hoje, os meus filhos são todos formados e a contribuir para o bem do País.”

Apesar de estar a vivenciar momentos difíceis por causa da situação de estiagem (falta de chuva) que assola um pouco por todo país, a força e determinação que lhe caracteriza e os conhecimentos sobre o cultivo de plantações



resistentes a seca, tem sido um diferencial para o Henrique Tchimbili, assim como para os seus colegas da Cooperativa.

“Conseguimos criar estratégias de transporte dos produtos, irrigação dos campos através de pequenos métodos, produzimos adubos orgânicos a partir das fezes dos nossos gados e outros produtos do campo. Diante das fracas chuvas, aprendemos a nos adaptar a vários contextos, na mudança de culturas mais resistentes à seca como a batata doce, a mandioca e a massambala”.

Com os olhos firmes no futuro, o líder associativo diz acreditar no amanhã melhor para si e para a cooperativa, e que a comunidade é testemunha do percurso que tem sido feito.

“Hoje, tanto na minha vida, da minha família e da Cooperativa, notam-se os constantes sinais de prosperidade. Consigo ajudar os meus nove filhos, tenho duas moagens, lavras de cultivo, uma casa, uma poupança, quatro charruas, alguns gados... E, no lado da cooperativa, temos

um armazém com escritório, lavras colectivas, terrenos, moto-bombas, equipamentos de combate às pragas, também temos uma caixa comunitária, que serve de pequeno banco, poupança e outros meios ou bens que garantem a nossa sustentabilidade.”

E o trabalho não se circunscreve apenas na actividade agrícola individual e da Cooperativa, como presidente, tem dinamizado com os membros acções de partilha de aprendizagens e experiências com outras iniciativas locais.

“A nível da comuna, somos exemplos a seguir, conseguimos dinamizar as associações que hoje surgem, trocando experiências e passando algum testemunho.

Texto: Augusto Sambimbi



O METRO DE SUPERFÍCIE E OS FACTORES LIMITANTES DO NOSSO DESENVOLVIMENTO



Enquanto estudante de Agronomia no Huambo, na disciplina de Química Agrícola, aprendi a Lei de Liebig, ou Lei dos Factores Limitantes. Segundo ela, e em termos genéricos, o nível de fertilidade dos solos, ou seja, a quantidade de nutrientes das plantas, sendo um dos gargalos, como agora se diz, da produção agrícola, tem de ser equilibrada. Por mais que se aumente um ou mais dos nutrientes, por exemplo, azoto ou fósforo, isso não significará aumentos da produção correspondentes se houver um ou mais nutrientes, como zinco ou qualquer outro, que estejam abaixo de um nível mínimo. Por isso a Lei de Liebig é também conhecida como Lei do Mínimo. Noutras palavras, uma planta não será mais forte que o ponto mais fraco na sua cadeia de necessidades.

Quando comecei a dedicar-me a questões do desenvolvimento agrícola ou do desenvolvimento em geral, e principalmente quando percebi o modo como se tem encarado o desenvolvimento depois da independência, concluí que a Lei de Liebig se aplicava ao seu equacionamento como uma luva.

Na verdade, a atracção pela modernização acelerada da economia e da sociedade – que haveria de se revelar fatal e explicar a situação que vivemos –, tanto no tempo em se pretendia construir o socialismo, como mais tarde no capitalismo adoptado, teve como vector comum a ideia de projecto

grandioso ao estilo “soviético” que serviu de referência nos primeiros tempos e que não mais seria abandonado. Obras de infraestruturas grandiosas e vistosas, para as quais não havia capacidade de gestão e de manutenção. Complexos agrários, fábricas, o mausoléu de Agostinho Neto, na primeira fase, centralidades, aeroportos, pólos industriais e agro-industriais, mais recentemente, todos tiveram em comum dificuldades de gestão e de manutenção e na maior parte dos casos tiveram efeitos perversos e entrarem em decadência e falência.

Este desejo de modernização acelerada não é domínio exclusivo da classe governante e política. Ela atravessa praticamente toda a sociedade. Daí que não se notem críticas nesse sentido por parte da oposição nem da maioria dos analistas mesmo quando se manifestam contra políticas ou medidas adoptadas ou implementadas pelo Executivo.

Isto resulta da concepção errada de desenvolvimento que predomina no País e tem duas origens: uma de carácter endógeno, que reflecte um preconceito comum aos países africanos no pós-colonialismo, o de julgarem possível atingir, em pouco tempo, os considerados “níveis de desenvolvimento” das antigas metrópoles ou potências coloniais; outra de carácter exógeno, induzido pela ideia de construção do socialismo tomando como referência o modelo em vigor na antiga União Soviética e seus aliados, e mais tarde, na China depois da ascensão de Deng Xiao Ping ao poder.

De acordo com essa concepção de desenvolvimento, que não difere do paradigma da pobreza em que se basearam os modelos produtivistas dos anos 60 e 70, que faliram em África e noutros continentes ainda nos anos 80, sendo substituídos por outros (como os que inspiraram os ajustamentos estruturais então impostos a muitos países africanos) que não tiveram melhor sorte, o “desenvolvimento” é uma meta, pode (e em casos extremos há quem defenda que deve) ser transmitido por especialistas (o que explica o recurso exagerado a expatriados), é feito para o povo, ou para o “nosso povo”, como dizem os governantes angolanos, tem no projecto, e isso é fundamental, a sua chave (daí derivam as dispendiosas consultorias e as dependências em relação às agências internacionais e o aumento da dívida externa) e a participação das pessoas ou cidadãos não passa de um meio,



ou de um artifício, para se conseguir o projecto ou prometer o seu sucesso.

Esse entendimento de desenvolvimento merece ser analisado à luz da Lei de Liebieg ou do Mínimo. Um projecto pode ter quase tudo para dar certo, desde o financiamento (interno ou externo), know how (de expatriados ou nacionais), mas se faltar um factor, um só, não vai ter sucesso. Por exemplo, o Executivo pode fornecer os 500 tractores aos antigos combatentes, mas não pode garantir os outros factores necessários para que os tractores tenham eficácia e muito menos eficiência. Não existem terrenos desmatados em quantidade suficiente, não pode garantir combustível (atenção à esperada subida do seu preço), nem tractoristas, nem peças de reposição, nem mecânicos, nem organização, nem capacidade para resolver eventuais conflitos de gestão que emergem nessas circunstâncias, como são as “invejas”, entre outros, tal como já está a acontecer. Isto é, neste caso são vários os factores que podem actuar como limitantes do projecto.

Tal raciocínio pode ser aplicado igualmente ao projectado metro de superfície para solução do problema da mobilidade na cidade de Luanda. Pergunto-me se os projectistas consideraram um factor limitante de peso: os comportamentos dos futuros utentes e de uma parte da população que actua na envolvente da futura infraestrutura. Com demasiada frequência ouvimos notícias sobre roubos e sabotagens de cabos eléctricos de transporte de energia ou de material dos carris das linhas férreas ou de carruagens. Esses problemas, tal como outros de que se queixam os empresários, como roubos nas fazendas e não só, ou queimadas, não constituem meros casos de polícia, antes são reflexo das péssimas políticas sociais ao longo de todos estes anos, que fazem aumentar a pobreza, as desigualdades e os preconceitos raciais.

O metro de superfície não pode, pois ser a solução, pois representa o mesmo que construir hospitais ou outras infraestruturas com tecnologia de ponta que beneficiam uma pequeníssima parte da população quando um hospital como o de Capalanca (Viana) fica sem água potável durante seis meses; ou quando se constroem centralidades ameaçadas por ravinas ou que ficam meses ou anos sem ocupação e depois sofrem vandalismos, como aconteceu recentemente com 800 residências na Quilenda, perto do Lubango, e também em muitos outros casos (será que o Executivo alguma vez analisou o vergonhoso caso da aldeia solar de Cabiri?). Há alternativas ao paradigma de desenvolvimento,

designado por alguns autores de convencional e a que chamo “soviético” para uso interno, responsável por todas as calamidades que conhecemos. Vários países têm seguido essas alternativas com sucesso, na Ásia, na América Latina e mesmo em África.

O importante é, desde logo, considerar que desenvolvimento não é uma meta, mas um processo que vem do passado. Nessa perspectiva, não é uma estrada ou o comboio que pode “levar” desenvolvimento a um território. A população desse território (província, município ou comuna) tem um passado, uma história, uma experiência, e isso tende, frequentemente, a ser encarado como um factor limitante, ou ponto fraco, mas também pode ser um ponto forte. Dou muitas vezes o exemplo do historial de realização de feiras e mercados rurais no Uíge, que tem uma tradição secular (quem conhece a história de Maquela do Zombo sabe a que me refiro, mas o mesmo se pode dizer para quase toda a extensão da província), que se manteve durante todo este tempo de independência sem qualquer intervenção governamental, e que nunca mereceu qualquer atenção da parte do Executivo responsável pelo sector, que, claro, vai “investindo” em sucessivos projectos de comercialização modernos, dispendiosos e sucessivamente ineficazes.

Neste paradigma, a que chamo paradigma para a cidadania, o desenvolvimento é, pois, construído pelas pessoas e com as pessoas, e com ele o projecto não é a questão ou ideia chave, mas sim um meio para as instituições locais e os cidadãos assumirem o controlo dos recursos, controlo esse que lhes permitirá exercer o controlo do poder e diminuir a dependência externa em relação aos expatriados, às consultorias e às agências internacionais. Isso é visível no exemplo dos mercados do Uíge. Nesse sentido, a participação não é um meio mas uma meta, pois visa o desenvolvimento e a democracia. Daí que tenha vindo a defender, inspirado pelo moçambicano Professor José Negrão (1956-2005), como plataforma para o eventual pacto que julgo imprescindível nos próximos tempos, a concretização do equilíbrio entre direitos cívicos e políticos, de um lado, e direitos económicos sociais e culturais, por outro. O que permitiria, desculpem a insistência, atenuar a pobreza e as desigualdades, bem como os preconceitos raciais e inter-regionais ou etno-linguísticos.

Texto: Fernando Pacheco

(Publicado no Novo Jornal e aproveitado neste Boletim pela relevância do tema)



ENTRE A SUSTENTABILIDADE E A SOLIDARIEDADE: (CON)VIVÊNCIAS COMUNITÁRIAS NA ALDEIA DE CAVISSI II



Após o término do projecto “Kumosi – Fortalecimento de Cooperativas e Associações no Município da Cacula”, implementado nas quatro comunas deste município no período de 01 de Março de 2011 a 28 de Fevereiro de 2015 com financiamento da Delegação da União Europeia em Angola e Pão para o Mundo, as actividades desenvolvidas pela associação “Tulivunguende” (da língua Umbundu, “estamos a caminhar”) têm demonstrado efeitos directos e indirectos que contribuem para o impacto positivo dos resultados do projecto.

Cavissi II, aldeia da comuna de Tchiquaqueia, foi a única beneficiada com a instalação de um centro de transformação de produtos agrícolas, isto, batata-doce de polpa alaranjada e abóbora cultivadas pelos beneficiários do projecto nas lavras familiares e colectivas. Sumos, pão de ouro, bolos e bolinhos assados ou fritos são os subprodutos derivados da batata-doce de polpa alaranjada e da abóbora. Em alvenaria, o cen-

tro foi construído no âmbito da implementação do “Kumosi” (da língua Umbundu, “juntos”) com ampla participação dos habitantes da aldeia no fabrico de blocos, transporte de pedras e água assim como ajudantes de obra na edificação da estrutura física do centro. Comporta três aposentos, dos quais um é a cozinha, e varanda frontal gradeada. Foi apetrechado com fogão industrial a gás, utensílios diversos de cozinha, um frigorífico e uma arca que funcionam a gás e electricidade, e seis botijas de gás butano. Localizado próximo à moagem, também construída e equipada pelo projecto, complementa a actividade daquela tornando a área de transformação de produtos em polo de interacção comunitária da aldeia.

Em Março de 2016, a associação “Tulivunguende”, legalmente reconhecida, tinha 84 membros dos quais 57 mulheres e 27 homens. Na altura, a responsabilidade do centro de transformação de produtos agrícolas era das senhoras Dionísia Nguenve e Delfina Adelina que também ocupavam cargos de direcção na associação.

Por autoiniciativa, na fase final de implementação do “Kumosi” que coincidiu com o início do ano lectivo de 2015, os responsáveis da associação “Tulivunguende” decidiram distribuir gratuitamente merenda escolar aos alunos da escola do ensino primário da aldeia pelo facto de não haver sido abrangida pelo programa governamental afim. A merenda consistia em bolinhos fritos ou assados de batata-doce de polpa alaranjada ou abóbora e sumo gelado de ambos produtos agrícolas. Na primeira sessão, em Fevereiro de 2015, foram distribuídos 60 merendas das quais foram beneficiadas 23 raparigas. Após um mês, na distribuição realizada em Março de 2016, foram 130 merendas das quais 50 raparigas.



Paulatinamente, foram aumentando as sessões de distribuição. Aquando da elaboração da primeira versão deste texto, em Março, já haviam ocorrido 72 sessões de distribuição de merenda escolar com uma média de 95 alunos por sessão. Na época, a escola era frequentada por 268 alunos sendo 122 raparigas.

Para os alunos dos 6 aos 15 anos de idade, a distribuição da merenda escolar era gratuita. Aos maiores de 15 anos, era solicitada participação mínima em produtos agrícolas, por exemplo, 2 kg de milho ou 1 kg de feijão por semana. Outras fontes de financiamento directo da merenda escolar tinham a seguinte proveniência:

- Resultados da actividade da moageira – 30%
- Resultados da actividade das motos kaleluyas – 30%
- Resultados das vendas dos derivados agrícolas produzidos no centro de transformação – 40%

Esta iniciativa comunitária gerou efeitos (in)directos imediatos como a redução da abstenção escolar, sensibilização sobre cuidados primários de saúde e de educação ambiental e mobilização do bairro para uma questão de interesse comum, isto é, a adesão e aproveitamento escolar dos alunos. Regularmente e com tendência a aumentar, um número considerável de crianças menores de 6 de idade também vinham sendo beneficiadas no acto de distribuição da merenda. Distribuída duas vezes por semana, havia

a intenção de fazê-lo durante toda semana de segunda à sexta-feira.

A Vice-Governadora Provincial para o Sector político-social, Dra. Maria João Chipalavela e a Sra. Carmen Duarte, Administradora Municipal da Cacula, mostraram-se positivamente sensibilizadas. Ambas prometeram apoios para consolidação da iniciativa assim como a multiplicação para outras localidades do município da Cacula e da província da Huíla na estratégia de fornecimento de merenda escolar com produtos produzidos na região a fim de estimular actividades da cadeia de valores de determinados produtos agrícolas, diversificação da dieta alimentar, geração de renda e reforço das formas organizativas locais.

Informações mais recentes confirmam que a experiência positiva e boas práticas dos centros comunitários (moagem e centro de transformação de produtos agrícolas) foram multiplicadas para as localidades da i) Vihamba – comuna sede da Cacula, ii) Camucio – comuna do Chituto, ambas no município da Cacula e localidade de Giraul – comuna sede do município de Caluquembe. Os três centros funcionam com regularidade com a gestão sob responsabilidade das respectivas associações. O centro comunitário do Chivulo, localidade da comuna da Negola/município de Caluquembe está em fase de construção. Prevê-se a inauguração durante este ano.

Texto: Fernando Viegas



AFRIKAGRUPPERNA: POR UM MUNDO JUSTO



A Afrikagrupperna é uma organização sueca de solidariedade com foco na África Austral. Foi Fundada em 1974, em Upsala (cidade da Suécia), e tem apoiado vários projectos de desenvolvimento em países como Angola, Zimbábue, Namíbia e África do Sul.

De acordo com o seu Plano Estratégico 2017-2021, o Grupo África da Suécia (GAS), como também é chamado, é uma organização que luta para um Mundo Justo.

O GAS age em solidariedade com as pessoas na luta contra a pobreza, para mudar as condições que geram desigualdades no sistema económico mundial. E para o alcance destes destes propósitos, as suas organizações parceiras desempenham um papel fundamental.

A ADRA é parceira do Grupo África da Suécia desde a década de 90, inicialmente, com intervenções voltadas ao Desenvolvimento Comunitário na província de Malanje.

Actualmente, a Afrikagrupperna financia institucionalmente a ADRA, sobretudo em acções de Desenvolvimento Comunitário e Género.

«Somos uma organização administrada por membros, onde a reunião anual é o órgão máximo de tomada de decisão. Na reunião anual, realizada em Maio de cada ano, os membros têm a oportunidade de influenciar o nosso tra-

balho. A reunião anual decide sobre moções de membros ou grupos locais, decide o foco de nossas operações futuras e elege o conselho», lê-se no seu website.

A organização sueca defende que a mudança está ligada às atitudes e aos comportamentos dos indivíduos. Por isso, acredita ser essencial sensibilizar as pessoas sobre os seus direitos para que elas possam melhorar as suas condições de vida. Destacando assim a crença de que apenas juntos somos mais fortes.

Segundo o seu Plano Estratégico, a organização é uma plataforma e uma ferramenta para a mudança. E o GAS entende ser crucial que as pessoas se juntem em redes, movimentos e associações, para poderem ser bem-sucedidas nos seus apelos pela mudança.

Uma organização feminista

Desde a adopção do seu vigente plano estratégico, a Afrikagrupperna assume-se como uma organização com abordagem feminista.

Para a organização, a forma como as mulheres são afectadas pela desigualdade de género e as estruturas patriarcais, por exemplo, depende de aspetos de classe, etnia, faixa etária, sociais, culturais, religiosos e socioeconómicos. «Isto aplica-se no Norte e no Sul e é por isso que podemos as mulheres no centro do desenvolvimento», evidencia o Plano Estratégico.

BOLETIM HUMBI-HUMBI



Considera, também, importante a compreensão de que as estruturas patriarcais prejudicam a sociedade no seu todo, afectando mulheres, homens, raparigas e rapazes. «Temos de unir mulheres e homens em solidariedade contra os poderes que reproduzem o sistema patriarcal»

A Afrikagrupperna assenta o seu trabalho na compreensão da necessidade de desafiar e transformar as relações de poder, de modo que as mulheres possam gozar dos seus direitos e alcançar o seu potencial máximo.

Abordagem baseada nos Direitos

Para o período 2017-2021, o Grupo África da Suécia tem como áreas temáticas a Governança de Recursos Naturais; Soberania Alimentar; Condições Justas de Trabalho e de Vida; e Direitos, Saúde Sexual e Reprodutiva e HIV.

Com efeito, para este período, o GAS compromete-se a organizar e mobilizar os actores sociais com uma abordagem baseada nos Direitos.

«A Afrikagrupperna apoia a mobilização das pessoas directamente afectadas que poderão beneficiar da mudança, aplicando o princípio “Nada sobre nós ou para nós sem nós”».

Texto: António Gongga



Contactos:
Escritório principal: Tegelviksgatan 40,
116 41 Estocolmo (Suécia)
Escritório Regional: Joanesburgo,
Africa do Sul
Website: www.afrikagrupperna.se
E-mail: post@afrikagrupperna.se

POSIÇÃO CONJUNTA DA ADRA E REDE TERRA SOBRE O PROJECTO DE ALTERAÇÃO DA ACTUAL LEI DE TERRA



1. Enquadramento

O Governo Angolano está a alterar a actual Lei de Terras (Lei nº 9/04 de 9 de Novembro), pelo menos pelas seguintes razões expostas na introdução do Projecto de Alteração da referida Lei: i) Não se encontra alinhada com a actual Constituição da República; ii) Não aproveitamento útil e efectivo dos terrenos já concedidos a alguns concessionários; iii) Crescente propagação de ocupação ilegal de terrenos em todo país; iv) Transformação de terrenos concedidos ou não concedidos em negócios atractivos, vendendo-os a preços elevados por parte de muitos cidadãos.

Para o efeito, o Governo Angolano através do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação está a realizar em Luanda, desde o ano transacto, a consulta pública, mediante a promoção de encontros com diferentes actores sociais.

A questão da terra é de extrema importância para o País e para o bem-estar das famílias, devido ao seu valor político, económico, ambiental e cultural. Aliás, à luz da nossa legislação fundiária a terra é um critério de cidadania e um activo para que as pessoas se desenvolvam. Por essa razão, a ADRA e a Rede Terra têm

acompanhado a consulta pública que o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação tem realizado até ao momento na província de Luanda.

Do acompanhamento feito até à presente data (13 de Fevereiro de 2020), a ADRA e a Rede Terra entendem que o Projecto de Alteração da Lei de Terras não está em condições, por ora, de ser submetido à Assembleia Nacional para a sua apreciação e aprovação. Assim, enquanto organizações não governamentais com foco no desenvolvimento comunitário e promoção da justiça fundiária, nós, ADRA e Rede Terra, vimos por esta via apresentar o seguinte posicionamento:

2. Processo de consulta pública

A Lei de Terras vigente de que se pretende alterar não foi objecto de uma avaliação externa. Em nosso entender é sensato que sejam colhidos elementos que ajudem a compreender se essa lei foi útil ou não e identificar os pontos fortes e fracos na sua implementação. Por tudo isso, propomos que o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação realize uma avaliação externa da actual Lei de Terras cujos resultados permitirão melhorar os futuros exercícios de elaboração de projectos de leis de terras e da sua implementação.



Até à presente data, a consulta pública ao Projecto de Alteração da Lei de Terras está apenas a acontecer na capital do País. É importante que a consulta pública seja um processo amplo, envolvendo tanto os actores sociais residentes na província de Luanda como nas restantes províncias do País. Propomos, igualmente, que a consulta pública não seja limitada às capitais de província, mas chegue em todos os municípios do País e seja disponibilizada uma cópia do Projecto de Alteração no formato físico ou digital aos municípios interessados para que possam emitir uma opinião mais informada sobre a matéria.

Até à presente data, uma grande parte de camponeses e produtores familiares não foi consultada. No âmbito do pensamento de que não se pode deixar ninguém para trás, propomos que o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação realize encontros com grupos específicos como, por exemplo, com os camponeses, criadores de gado, a fim de aprofundar questões específicas.

Um número considerável de cidadãos contactado por nós para um encontro de reflexão sobre o presente Projecto de Alteração da Lei de Terras, revelou falta de informação sobre o referido projecto. Por isso, propomos, por um lado, que o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação divulgue amplamente o calendário do processo de consulta pública nos órgãos de comunicação social e junto das Administrações Municipais para que os cidadãos possam participar de forma activa neste importante processo do País. Outrossim, que seja definido pelo um prazo de seis para a consulta pública.

3. Conteúdo do Projecto de Alteração da Lei de Terras

Quando comparado com a Lei de Terras vigente, o Projecto apresenta alguns aspectos mais viáveis e menos viáveis.

3.1. Alguns aspectos mais viáveis:

A reafirmação dos Princípios Gerais em que destacamos a Terra como propriedade original do Estado, integrada no seu domínio público e privado, e o reconhecimento da protecção e defesa dos direitos fundiários das comunidades rurais (Artigo 4º articulado com o 10º).

O direito atribuído às futuras autarquias locais, nomeadamente a autorizar a transmissão ou constituição de direitos fundiários sobre terrenos urbanos e rurais, bem como administrar e fiscalizar o domínio fundiário, integrado na sua circunscrição territorial (Artigo 59º conjugado com o Artigo 43º).

O direito atribuído às Administrações Municipais e Autarquias Locais, em constituir e transmitir direitos fundiários em zonas rurais até mil hectares (Artigo 45º, nº 3).

3.2. Alguns aspectos menos viáveis:

Os pressupostos que as concessões de terrenos em zonas urbanas e rurais pressupõem a pre-existência de um plano urbanístico e de um plano de ordenamento rural aprovados, coloca em risco os direitos reservados às Administrações Municipais e às futuras autarquias de transmissão ou constituição de terrenos fundiários, porquanto o País não dispõe de tais em todas as circunscrições municipais (Artigo 35º, nº 1, 2 e 3).

A questão de demonstração de provas sobre a capacidade financeira, como requisito sine quo non para a constituição ou transmissão de direitos fundiários ou como garantia para o aproveitamento útil e efectivo dos terrenos, coloca em risco camponeses ou produtores familiares obterem o direito de superfície, uma vez que muitos deles não possuem tal capacidade financeira (Artigo 37º, nº 1 e 2).

Obviamente, nós, ADRA e Rede Terra, entendemos que, para a implementação da futura Lei de Terras a ser aprovado pela Assembleia Nacional, será necessária a aprovação imediata de um regulamento. No entanto, ao formular-se o Projecto de Alteração da Lei de Terras é importante que o legislador pense em mecanismos que viabilizarão a implementação da Lei.

Aproveitamos o ensejo para manifestar a nossa total disponibilidade de cooperação com o Ministério, particularmente no desenho da nova Lei de Terras, pelo que nos colocamos à vossa disposição para diálogo e acções conjuntas dentro e fora de Luanda.

Luanda, 13 de Fevereiro de 2020



PROJECTO AGROJOVEM: PELA REINSERÇÃO PRODUTIVA E SOCIAL DOS JOVENS DA CAÁLA

A população Angolana é maioritariamente constituída por jovens, segundo o Censo Geral de 2014. Na província do Huambo, 70% dos habitantes tem menos de 25 anos.

Contudo, a população jovem enfrenta problemas como o desemprego e as limitações de acesso aos programas públicos de apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento local, situações que motivam o êxodo rural da juventude local para os principais centros urbanos, como Luanda, com destaque para os jovens habitantes do município da Caála.

Por isso, no sentido de contribuir para a sustentabilidade da agricultura familiar no Município da Caála, através da reinserção produtiva e social dos jovens camponeses e agricultores familiares, a ADRA implementou recentemente o projecto denominado: AGROJOVEM - Projecto de Apoio aos Jovens Camponeses e Agricultores no Município da Caála.

O projecto teve o apoio da Embaixada da França em Angola e visou fortalecer as iniciativas empreendedoras dos jovens camponeses e agricultores das aldeias de Sacalingã e Camunda Colomessene, nos domínios da produção agropecuária, pequenos comércios e organização social.

Com a execução prevista para um período de 12 meses, tendo início em Agosto de 2019, a iniciativa culminou formalmente em Março de 2021, por causa das interrupção ao plano de acção provocadas pela pandemia da Covid-19.

Até ao final do projecto, nas suas aldeias de intervenção, jovens das duas associações agrícolas visadas foram directamente beneficiadas com toneladas de fertilizantes, sementes de feijão, batata rena e hortícolas diversas, com 20 cabritos e duas juntas de bois para o fomento da criação de gado de pequeno e médio porte,



duas motorizadas de três rodas para o transporte e escoamento dos produtos do campo, duas charruas de apoio ao cultivo, apoios financeiros no valor de 500 mil kwanzas por associação para a criação caixas comunitárias, entre outros bens.

Ainda no âmbito do projecto, os 75 jovens, das quais 36 mulheres, foram beneficiados com diversas sessões de capacitação sobre associativismo e cooperativismo, criação e gestão de pequenos negócios, técnicas de produção de hortícolas, maneiio de sanidade e vacinação animal, gestão de caixas comunitárias, contabilidade básica, educação ambiental e sobre outros temas de seus interesses.

Durante a sua execução, várias assessorias foram realizadas aos jovens agricultores e pequenos comerciantes, tal como na preparação dos terrenos para a transplantação dos produtos, maneiio sanitário e de alimentação dos animais, estruturação de associações e cooperativas e no apoio aos estágios académicos a estudantes do Instituto Médio Agrário do Huambo.

“O projecto deu muita ênfase a questões relacionadas com o empoderamento da mulher, através da valorização da mulher nos processos produtivos e de comercialização. Isto está alinhado com a agenda 2030 das Nações Unidas quando diz que: Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os mais pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais no acesso aos recursos económicos, bem como no acesso aos serviços básicos, à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias e serviços financeiros, incluindo microfinanciamento”, conclui o relatório final do projecto.

Texto: António Gongga





ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

A ADRA actua em três níveis territoriais de forma integrada e complementar: ao nível municipal, nível provincial e nível nacional. Em Luanda/Sede são desenvolvidas as acções maioritariamente de lobby e advocacia social que têm abrangência nacional.

Nas restantes seis províncias Benguela, Cunene, Huambo, Huíla, Malanje e Namibe, as acções são dirigidas aos municípios e comunidades.



Tef: + 244 222 396 683

Email: adra.administracao@adra-angola.org

www.adra-angola.org

www.facebook.com/adraangola.adra

WhatsApp da ADRA - 943 203 634

Praceta Farinha Leitão nº 27, 1º Andar, Dto. C.Postal 3788, Maculusso, Luanda - Angola



NOSSOS PARCEIROS

